

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH  
HOSPITAL JEAN BITAR (CNPJ 23.453.830/0015-75)**

**Balanco Patrimonial dos exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 em reais (R\$)**

	NOTA	2021	2020
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>7.111.820</b>	<b>8.001.125</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.711.101	6.381.086
Contas a receber	5	1.138.227	103.228
Estoques	6	1.134.640	1.189.911
Adiantamento a Funcionários		98.630	83.071
Outros Créditos		15.975	214.611
Despesas antecipadas		2.331	3.023
Partes Relacionadas	8	10.916	26.195
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.940.545</b>	<b>2.131.494</b>
Depósito judicial	13	28.560	28.560
Imobilizado líquido	7	-	1.434
Intangível líquido	7	-	30.362
Imobilizado, líquido - Contrato de Gestão	7	1.911.985	2.071.138
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>9.052.365</b>	<b>10.132.619</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>4.699.847</b>	<b>4.014.046</b>
Fornecedores	9	2.265.104	1.611.493
Obrigações trabalhistas	10	1.879.941	1.846.474
Obrigações sociais	11	301.584	307.227
Obrigações fiscais		112.087	76.352
Partes Relacionadas	8	141.131	172.500
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.911.985</b>	<b>2.071.138</b>
Receitas Diferidas	12	1.911.985	2.071.138
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.440.533</b>	<b>4.047.435</b>
Patrimônio social		3.832.735	4.073.980
Déficit acumulado		(1.392.202)	(26.545)
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>9.052.365</b>	<b>10.132.619</b>

**Demonstração do Déficit dos exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 em reais (R\$)**

	NOTA	2021	2020
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>42.074.143</b>	<b>39.953.225</b>
Serviços prest. pacientes SUS		42.074.143	39.953.225
<b>CUSTOS</b>		<b>(37.082.462)</b>	<b>(33.961.644)</b>
Pessoal e encargos		(10.547.672)	(16.951.396)
Serviços de terceiros		(17.633.951)	(10.522.522)
Materiais e medicamentos		(8.900.839)	(6.487.726)
<b>DESPESAS</b>		<b>(6.543.781)</b>	<b>(6.083.767)</b>
Pessoal e encargos		(2.636.918)	(2.630.631)
Despesas gerais	15	(3.867.601)	(3.355.418)
Depreciação/amortização		(190.949)	(234.997)
Impostos, taxas e contribuições		(6.391)	(7.109)
Outras receitas e desp. operac.		158.078	144.388
<b>FINANCEIRAS, LÍQUIDAS</b>		<b>159.898</b>	<b>65.641</b>
Despesas Financeiras		(43.563)	(34.343)
Receitas financeiras		203.461	99.984
<b>DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>		<b>(1.392.202)</b>	<b>(26.545)</b>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Social dos exercicios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 em reais (R\$)**

	Patrim. Social	Déficit acum.	Total
<b>Em 31/12/2019</b>	<b>3.151.932</b>	<b>887.483</b>	<b>4.039.415</b>
Incorpor. ao Patr. Social	887.483	(887.483)	-
Ajuste patrimonial	(2.474)	-	(2.474)
Transferências	37.039	-	37.039
Déficit do exercicio	-	(26.545)	(26.545)
<b>Em 31/12/2020</b>	<b>4.073.980</b>	<b>(26.545)</b>	<b>4.047.435</b>
Incorpor. ao Patr. Social	(26.545)	26.545	-
Ajustes patr. (nota 14)	(214.700)	-	(214.700)
Déficit do exercicio	-	(1.392.202)	(1.392.202)
<b>Em 31/12/2021</b>	<b>3.832.735</b>	<b>(1.392.202)</b>	<b>2.440.533</b>

**Demonstração dos Fluxos de Caixa - método indireto dos exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 em reais (R\$)**

	NOTA	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Déficit do exercicio		(1.392.202)	(26.545)
<b>Ajustes p/ conciliar o resul.</b>			
Depreciação/amortizações		190.949	234.997
<b>(Déficit) / Superávit ajustado</b>		<b>(1.201.253)</b>	<b>208.452</b>
<b>Variações no circulante das contas de ativo e passivo</b>		<b>(452.642)</b>	<b>2.437.399</b>
(Aumento) / Redução de outros créd.		(851.922)	2.657.288
Redução / (Aumento) de estoques		55.271	(211.313)
Redução de despesas antecipadas		692	945
Aumento de fornecedores		653.611	163.610
Aumento / (Redução) de obrig. trabalh.		33.467	(16.761)
(Redução) de obrigações sociais		(5.643)	(2.017)
Aumento / (Redução) de obrig. tribut.		35.735	(76.225)
(Redução) das obrig. - não circulante		(159.153)	(112.693)
Ajustes patrimoniais		(214.700)	34.565
<b>Caixa líq. (utilizado) / proveniente das atividades operacionais</b>		<b>(1.653.895)</b>	<b>2.645.851</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		<b>-</b>	<b>(35.620)</b>
Aquisição de imobilizado		-	(35.620)
<b>Atividades de financiamentos</b>		<b>(16.090)</b>	<b>45.399</b>
Transações com partes relacionadas		(16.090)	45.399
<b>(Redução) / Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.669.985)</b>	<b>2.655.630</b>
Var. em caixa e equiv. de caixa (Nota 4)			
Saldo existente no início do exer.		6.381.086	3.725.456
Saldo existente no final do exercicio		4.711.101	6.381.086
<b>(Redução) / Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.669.985)</b>	<b>2.655.630</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis dos exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 em reais (R\$)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL a) Objetivos Sociais**  
O Hospital Jean Bitar (HJB) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado. O Hospital atende uma população 1,4 milhão de pessoas da região metropolitana de Belém, composta por mais sete municípios. A unidade oferece assistência de média e alta complexidade nas especialidades de cirurgia endocrinologia, reumatologia, geriatria, além de ser referência em cirurgias bariátricas com 70 leitos, incluindo unidade de terapia intensiva (UTI). Todos esses serviços contam com o suporte de apoio diagnóstico e terapêutico com análises clínicas e outros exames especializados. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado na Rua Cônego Jerônimo Pimentel, 543 - Umarizal, Belém-PA. **b) Contrato de Gestão** O Hospital Jean Bitar (HJB) é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde março de 2016, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 007/SESPA/2021, vigente até 10/11/2022. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica.

E reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde no qual se encontra pendente de julgamento. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:**  
**2.1. Declaração de conformidade** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 14 de março de 2022. **2.2. Base de mensuração e apresentação** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relati-

va a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercicios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas civis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2021 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Impacto da COVID-19 nas operações:** A Administração da Entidade continua adotando medidas que julga necessárias para mitigar e/ou minimizar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo, mas não se limitando: (i) Medidas de preservação de caixa, através de redução de custos possíveis dentro da estrutura atual e do adequado cumprimento do convênio com a SESP, de forma que tenha os recursos necessários para manter a continuidade de suas operações enquanto houver restrições econômicas, sociais e riscos de entrega de insumos e fornecimento derivadas da pandemia; A Administração analisa suas perspectivas sobre os efeitos econômicos da disseminação do COVID-19 no País, considerando que apesar de não ter sido eleito pela SESP como referência para atendimento à COVID-19, as operações do Hospital ainda podem ser impactadas, em 2022, por eventual nova fase de restrições impostas pelas autoridades governamentais ou pela necessidade de aumento de carga horária de atendimento ou obtenção de novas fontes de recursos para viabilizar possíveis atendimentos de urgência. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2021	2020
Caixa - recursos em espécie	1.200	1.200
Banco conta movimento	10.848	17.473
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4.699.053	6.362.413
	<b>4.711.101</b>	<b>6.381.086</b>

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. **5. CONTAS RECEBER:** Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 10/11/2022.

	2021	2020
Contrato 002/2016 - SESP	-	103.228
Contrato 007/2021 - SESP	1.138.227	-
	<b>1.138.227</b>	<b>103.228</b>

Continua...